



CAPÍTULO 6

CAMPO DE SABER DA HISTÓRIA E AS PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI: ONDE CHEGAMOS REFLETE DE ONDE PARTIMOS?

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.969251709>

Rafael Elias dos Santos Silva

Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Cidade de Maceió/Alagoas

Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes – ICHCA

<http://lattes.cnpq.br/2887741130377178>

RESUMO: Este artigo analisa a historiografia do século XXI como um 'reflexo distorcido' da herança crítica do final do século XX. Partindo da desconstrução das grandes narrativas e da 'virada cultural-linguística' (Foucault, Perrot), que fragmentou o saber histórico, investiga-se como essa abertura foi convertida em um novo cânone temático no ambiente universitário. Argumenta-se que a hegemonia de abordagens focadas em pautas identitárias – como os estudos sobre povos originários, relações étnico-raciais e dinâmicas de gênero – opera um estreitamento do arcabouço teórico e metodológico da disciplina. A análise critica como essa concentração temática, ao se tornar um horizonte quase exclusivo, arrisca transformar a escrita da história (Certeau) em um instrumento para validar demandas do presente (Hartog), anulando a alteridade do passado. O artigo demonstra que tal instrumentalização leva à criação de uma nova metanarrativa da opressão, contradizendo o ceticismo que originou o movimento. Por fim, não se propõe a negação dos novos temas, mas a urgência de resgatar a complexidade e o rigor do ofício, reafirmando o valor da História como uma disciplina crítica e não meramente validadora de identidades.

PALAVRAS CHAVES: História. Poder. Discurso. Guerras Narrativas.

FIELD OF KNOWLEDGE OF HISTORY AND PERSPECTIVES IN THE 21ST CENTURY: WHERE HAVE WE ARRIVED DOES IT REFLECT WHERE WE STARTED?

ABSTRACT: This article analyzes 21st-century historiography as a “distorted reflection” of the critical legacy of the late 20th century. Drawing on the deconstruction of grand narratives and the “cultural-linguistic turn” (Foucault, Perrot), which fragmented historical knowledge, the article investigates how this openness was converted into a new thematic canon in the university environment. It argues that the hegemony of approaches focused on identity-based issues—such as studies of indigenous peoples, ethnic-racial relations, and gender dynamics—operates a narrowing of the discipline’s theoretical and methodological framework. The analysis criticizes how this thematic concentration, by becoming an almost exclusive horizon, risks transforming the writing of history (Certeau) into an instrument for validating present-day demands (Hartog), nullifying the otherness of the past. The article demonstrates that such instrumentalization leads to the creation of a new metanarrative of oppression, contradicting the skepticism that gave rise to the movement. Finally, the proposal is not to deny new themes, but rather to urgently rescue the complexity and rigor of the craft, reaffirming the value of History as a critical discipline and not merely a validator of identities.

KEYWORDS: History. Power. Discourse. Narrative Wars.

INTRODUÇÃO

A percepção da História enquanto campo de saber e prática social atravessa, no século XXI, um paradoxo fundamental: ao mesmo tempo em que sua presença se massifica no debate público, sua autoridade epistemológica se vê crescentemente questionada e fragmentada. O fenômeno versado, contudo, não se apresenta como um produto espontâneo da era digital. Noutros termos, ele se alicerça em um profundo deslocamento teórico, datado do final do século XX, que findou por reconfigurar o estatuto da verdade histórica. No azo da interpretação de Foucault (2014a), a produção de discursos deixa de ser um ato neutro que representa a realidade para se tornar, por conseguinte, o próprio exercício de poder que institui os regimes de verdade. No azo dessa interpretação, a história deixa de ser vista como o resgate de um tempo pretérito e passa a ser analisada como um discurso que, em sua própria materialidade, constrói e disputa os sentidos desse mesmo passado, produzindo o que Chartier (2022) denomina de ‘vontades de verdade’.

Essa concepção da história como uma construção discursiva não emerge no vácuo, mas se consolida a partir da chamada “crise dos paradigmas”. O esgotamento das grandes narrativas totalizantes que prometiam um sentido último para o processo

histórico – movimento que representou uma forte crítica ao que se convencionou chamar de história tradicional ou “rankeana” (Burke, 2011) – abriu espaço para o que Michelle Perrot (1987) chamou de uma “história em migalhas”. Esse esfacelamento das certezas forçou um recuo das análises macroestruturais e abriu o campo historiográfico para novos problemas, novas abordagens e, fundamentalmente, novos objetos, como os “excluídos da história” (Perrot, 1987). Foi esse ceticismo epistemológico, portanto, que impulsionou a “virada cultural-linguística”, deslocando o interesse do historiador para as práticas culturais, as representações simbólicas e a materialidade da linguagem.

É precisamente no seio desta herança de desconfiança e fragmentação que o cenário contemporâneo se torna inteligível. A explosão de narrativas históricas em redes sociais e a emergência de «guerras culturais» que mobilizam o passado como arsenal para disputas do presente são a manifestação massificada daquela crise epistemológica. Se a história não possui um único sentido ou dono, então todos se sentem autorizados a produzir a sua própria versão, gerando um regime de “presentismo”, como define François Hartog (2013), no qual o passado é incessantemente remodelado para servir às urgências do agora. Nesse ínterim, surge a problemática central que orienta este artigo: a atual profusão de discursos sobre o passado representa uma democratização crítica daquela herança teórica, ou, inversamente, constitui um “reflexo distorcido”, uma apropriação que, ao popularizar a dúvida, esvaziou o rigor e instrumentalizou a história?

A tese que se sustenta nesta investigação é a de que o momento atual reflete, de fato, as rupturas do final do século XX, porém, de forma distorcida e radicalizada. Argumenta-se que a complexidade da crítica pós-estruturalista foi frequentemente traduzida para o debate público como um relativismo generalizado, onde a sofisticada noção de uma ‘verdade’ sempre mediada pela prova e pela retórica (Chartier, 2022) se vê reduzida a uma mera disputa de opiniões. Destarte, a valorização de novas vozes e objetos – um ganho inegável da herança crítica – coexiste hoje com o perigo do anacronismo e da transformação do ofício do historiador em mero validador de identidades, esvaziando seu potencial de análise da complexidade social.

Para dar conta de tal problemática e sustentar a tese aqui proposta, o percurso analítico deste artigo estrutura-se em dois momentos subsequentes. O primeiro capítulo, “A Herança Crítica: Discurso, Memória e a Fragmentação das Certezas”, debruçar-se-á sobre as transformações teórico-metodológicas do século XX, reconstruindo o arcabouço conceitual que culminou na análise da própria “escrita da história” como uma prática social em Michel de Certeau (2011). O segundo capítulo, “O Reflexo Distorcido: Identidade, Digitalização e as Guerras de Narrativas”, analisará o século XXI como campo de apropriação dessa mesma herança, investigando como os conceitos foram ressignificados no novo ambiente midiático e político. Por fim, as considerações finais traçarão um balanço crítico, buscando apontar os desafios éticos e metodológicos do historiador diante deste novo panorama.

A HERANÇA CRÍTICA: DISCURSO, MEMÓRIA E A FRAGMENTAÇÃO DAS CERTEZAS

A historiografia, enquanto campo de saber, nem sempre se apresentou com a diversidade de objetos e a pluralidade de abordagens que lhe são características hoje. Por um longo período, a escrita da história esteve atrelada a um paradigma que privilegiava a política, os grandes eventos e as figuras notáveis, em uma busca por uma verdade objetiva e factual sobre o passado, modelo frequentemente associado à escola metódica ou “rankeana”. Essa concepção, alicerçada em uma rígida hierarquia de fontes documentais, operava a partir de uma clara distinção entre o sujeito que conhece (o historiador) e o objeto conhecido (o passado), tratando a história como uma ciência capaz de resgatar os fatos “tal como eles de fato ocorreram”.

O primeiro estigma de ruptura nesta estrutura de certezas foi provocado, em grande medida, pela Escola dos *Annales*, que promoveu um significativo deslocamento do interesse historiográfico. Ao voltar-se para as estruturas econômicas de longa duração, para as mentalidades coletivas e para a cultura material, os historiadores ligados a este movimento romperam com a primazia do evento e do político. Essa abertura para o social e o cultural representou uma primeira e decisiva fissura no edifício da história tradicional, questionando suas temáticas, seus métodos e suas ambições. Nesse sentido, Peter Burke (2011) ao tratar sobre a emergência da Nova História, traça um panorama claro das transformações que redefiniram o ofício do historiador:

A “nova história” difere da história tradicional em muitos aspectos. Para começar, ela é uma história “total” (*histoire totale*), para usar uma expressão cunhada por Lucien Febvre, o cofundador da Escola dos *Annales*. O universo dos historiadores se expandiu de forma notável. “A história é a ciência do homem no tempo”, escreveu Marc Bloch, e os novos historiadores tomaram essa máxima ao pé da letra. O que costumava ser considerado o centro da história – a política – é agora com frequência visto como algo secundário. Novas questões são formuladas sobre o passado, e novos tipos de fontes são usados para respondê-las (Burke, 2011, p. 4).

Contudo, a crítica mais radical ao estatuto da história viria com a chamada “virada cultural-linguística”, um movimento profundamente influenciado pelo pós-estruturalismo francês. Nesse ponto, o questionamento se aprofundou, portanto, não se tratava mais apenas de ampliar os objetos da história, mas de problematizar a própria natureza do conhecimento histórico como uma forma de discurso. À vista disso, a partir de Foucault, a história passou a ser vista não como um espelho do passado, mas como uma prática discursiva que, inserida em relações de poder (Foucault, 2013, p. 284), produz suas próprias verdades e seus próprios objetos. Nesse sentido, Foucault (2008), ao descrever o projeto de sua arqueologia, elucida como o discurso opera para formar os saberes:

Em vez de percorrer a cadeia dos elementos anteriores para estabelecer um nexo causal que permita dar conta do aparecimento de uma idéia ou de um método, a arqueologia organiza o feixe de relações que permitiu a tal ou qual formação discursiva existir, mas também a tal outra, simultaneamente ou sucessivamente. Não se trata, portanto, de um desdobramento longitudinal, mas de uma dispersão no plano sincrônico. Em vez de tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), ela os trata como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (Foucault, 2008, p. 16).

A consequência direta dessa percepção da história como invenção – não no sentido de falsidade, mas de construção, de “fabricação”, como propõe Durval Albuquerque (2007) – foi uma reavaliação completa da relação do historiador com suas fontes. O documento deixou de ser visto como um receptáculo transparente da verdade para ser analisado em sua opacidade, como um monumento atravessado por intenções, silêncios e estratégias de poder. A história, portanto, se assume como uma arte, uma forma de “inventar o passado” a partir dos vestígios e das regras de um ofício.

Nesse contexto, essa desconstrução das grandes narrativas e a atenção às relações de poder no discurso abriram as portas para sujeitos históricos até então negligenciados e /ou marginalizados dos estudos históricos. Se a história tradicional se ocupava dos vencedores e dos detentores do poder, a “Nova História” voltou seu olhar para as margens, buscando dar voz e agência àqueles que haviam sido silenciados pelos arquivos oficiais.

A história das mulheres, dos operários, dos camponeses, das minorias, emergiu não como um apêndice da “grande história”, mas como um campo central para a compreensão das dinâmicas sociais. Nesse sentido, Michelle Perrot (2017), uma das maiores expoentes dessa vertente, justifica a importância de se perscrutar os silêncios da história:

Fazer a história das mulheres é, portanto, em primeiro lugar, sair de um silêncio em surdina, violar o anátema que as devotou por tanto tempo à sombra e ao esquecimento, enquanto os homens se reservavam o grande palco da História. É lançar sobre o passado um olhar diferente, que o ilumina de outra maneira e revela zonas inexploradas. É também questionar as hierarquias de poder e de saber que presidiram à construção do nosso conhecimento histórico, mostrando como a exclusão das mulheres foi um ato político e epistemológico. Trata-se menos de acrescentar um capítulo à história geral do que de reconsiderar essa história em sua totalidade, mostrando suas lacunas e seus pressupostos (Perrot, 2017, p. 170).

Ainda sobre esse ponto tocado por Perrot (2017), nesse mesmo movimento de deslocamento, a própria escrita da história passou a ser um objeto de análise. Michel de Certeau (2011) foi fundamental ao propor o conceito de “operação historiográfica”, desvelando o processo pelo qual o historiador, a partir de um “lugar social” específico (a universidade, uma instituição), intervém sobre o passado, recortando suas fontes e organizando-as em uma narrativa que segue as regras de sua disciplina. A escrita da história, para Certeau, é uma prática que produz o passado ao mesmo tempo em que o analisa.

Essa reflexão sobre a temporalidade e a prática do historiador foi aprofundada por François Hartog (2013), com seu conceito de “regimes de historicidade”. Hartog demonstra como diferentes sociedades, em diferentes épocas, articulam de maneiras distintas as categorias de passado, presente e futuro. A crise da historiografia tradicional pode ser vista, então, como a crise de um regime de historicidade moderno, que via o futuro como motor do progresso e o passado como um campo a ser superado, dando lugar ao nosso “presentismo”, onde o presente se torna a categoria dominante que absorve e remodela o passado e o futuro.

Por fim, a herança crítica do final do século XX é um complexo emaranhado de rupturas e aberturas. O ‘esfarelar’ da noção de “verdade” objetiva, a atenção ao discurso e ao poder, a emergência de novos sujeitos e a reflexão sobre a própria prática da escrita histórica desmantelaram o antigo paradigma. Isto posto, legou-se ao século XXI um campo historiográfico sem um centro definido, plural, multifacetado e atravessado por tensões. Foi essa fragmentação das certezas que, ao mesmo tempo em que enriqueceu imensamente o saber histórico, também criou as condições para os dilemas e os “reflexos distorcidos” que serão analisados no próximo capítulo.

O REFEXO DISTORCIDO: IDENTIDADE E AS GUERRAS DE NARRATIVAS

A herança crítica do final do século XX, ao desmantelar as grandes narrativas e abrir o campo historiográfico para novos sujeitos e abordagens, legou ao século XXI um potencial de enriquecimento sem precedentes. Isto posto, o que se observa no cenário acadêmico contemporâneo, sobretudo nos cursos de História nas Universidades Federais no Brasil, não é a consolidação de uma pluralidade epistemológica - em detrimento das pesquisas e dos objetos a serem pesquisados -, mas a apropriação dessa herança de forma distorcida, resultando na substituição de um paradigma por outro que se pretende igualmente totalizante e empobrecedor para o campo de pesquisa.

O esfacelamento das certezas, que deveria ter inaugurado um período de maior rigor e exercício à reflexão, parece ter sido traduzido como uma licença para que a escrita da história se tornasse, primordialmente, um instrumento de validação para pautas identitárias do tempo presente. Nesse sentido, Durval Albuquerque (2007) ao refletir sobre a natureza da escrita histórica, oferece uma chave para compreender essa apropriação:

A História é a invenção de um passado que se quer como origem ou como explicação para o que somos no presente. Ela é um discurso que se pretende verdadeiro sobre o passado, mas que é produzido a partir de um lugar social, de interesses e de questões que são sempre contemporâneas ao historiador. A questão não é se a História inventa, pois toda história é uma invenção, mas que tipo de passado inventamos e a serviço de que ou de quem colocamos essa invenção. A História é, portanto, um campo de batalha, uma arena de lutas pela significação do passado, pela imposição de uma certa memória como hegemônica (Albuquerque, 2007, p. 25).

Noutros termos, a universidade, que deveria ser o espaço do dissenso e da complexidade, parece ter respondido à fragmentação do saber histórico com a criação de um novo cânone temático. A outrora celebrada “história em migalhas” (Perrot, 2017), que prometia uma infinidade de novos objetos, parece ter se reorganizado em torno de uma notável hegemonia de abordagens focadas em questões identitárias. Nesse novo panorama, observa-se uma especial proeminência dos estudos sobre povos originários, relações étnico-raciais e as dinâmicas de gênero. Essa concentração temática, embora trate de pautas de relevância inquestionável, ao se aproximar da condição de horizonte quase exclusivo de pesquisa, corre o risco de operar um estreitamento do vasto arcabouço teórico, metodológico e da própria abrangência de investigações possíveis no campo da História.

A crítica mais acentuada deve ser direcionada à forma como as “questões de gênero” têm sido abordadas. A necessária e revolucionária “história das mulheres”, que buscou resgatar a agência de sujeitos historicamente silenciados, foi metamorfoseada em uma agenda que, não raro, trata o passado como um tribunal para julgar e condenar as estruturas sociais a partir de categorias anacrônicas. A complexa dinâmica das relações entre homens e mulheres em diferentes épocas é, por vezes, aplaudida e reduzida a uma única e invariável narrativa de dominação masculina e vitimização feminina, ignorando as nuances, as ambiguidades e as diferentes formas de poder que circulavam em cada contexto. No azo dessa interpretação, o próprio conceito de “violência simbólica” de Bourdieu (2002, p. 60) é instrumentalizado não como uma ferramenta para a análise da complexidade das relações, mas como um veredito que encerra a discussão. Nesse sentido, o próprio Bourdieu (2002) adverte sobre a natureza dessa dominação:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcentriza impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. O acordo imediato que ela obtém de parte a parte, dos dominados e dos dominantes, para além dos antagonismos de interesse que os opõem, está no fundamento da formidável permanência que essa ordem manifesta. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina em que se alicerça: é a divisão social do trabalho, [...] é toda a estrutura do espaço, com a oposição entre o lugar da assembleia ou do mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BOURDIEU, 2002, p. 12).

Esse estreitamento do foco temático produz um efeito direto de empobrecimento metodológico. Quando a principal função da pesquisa histórica se torna a de “dar voz” ou “reparar” injustiças do passado a partir de uma lente identitária, corre-se o risco de abandonar a busca pela explicação de processos complexos em favor da celebração ou da denúncia. A análise de estruturas econômicas, de transformações políticas de longa duração, da história diplomática ou da história das ideias, que formaram a espinha dorsal da disciplina, é frequentemente relegada a um segundo plano, vista como uma “história tradicional” ou “dos vencedores”, em um maniqueísmo que ignora a própria lição da “virada cultural”, que ensinou que o poder é mais produtivo e capilar do que meramente repressivo.

Este reflexo distorcido encontra na era digital sua caixa de ressonância. As redes sociais e as plataformas de conteúdo se tornaram o principal palco onde essas narrativas históricas simplificadas são disseminadas e consumidas. Nesses ambientes, a complexidade é inimiga do engajamento. A história se converte em “pílulas” de conhecimento, em memes e em *threads* que reforçam bolhas identitárias e servem de munição para as incessantes “guerras culturais”. O rigor da análise de fontes, a crítica documental e o debate historiográfico – pilares do ofício do historiador – são substituídos pela performance da virtude e pela velocidade do compartilhamento.

O paradoxo que se instaura é que, ao se concentrar de forma quase obsessiva na validação das identidades do presente, essa vertente da historiografia acaba por anular a alteridade radical do passado. O passado deixa de ser um “país estrangeiro”, um lugar de estranhamento que nos força a questionar nossas próprias certezas, para se tornar um mero espelho do presente, um palco onde projetamos nossos anseios, nossas culpas e nossas batalhas. A operação historiográfica, que deveria ser um exercício de distanciamento crítico, se transforma em um ato de reconhecimento narcísico. Nesse certame, a advertência de Michel de Certeau (2011) sobre o “lugar social” do historiador se torna mais premente do que nunca:

A escrita da história é uma prática que se origina num lugar, o do historiador, que é também um lugar de poder, o da instituição universitária. Esse lugar determina não apenas as regras do ofício, mas também o que pode ser visto, o que pode ser dito e o que deve ser calado. A história não é o passado, mas uma representação do passado que é produzida a partir de um presente e para um presente. A operação historiográfica é uma maneira de dar ao presente uma inteligibilidade, organizando o passado em uma narrativa coerente. Mas essa coerência é sempre o resultado de uma seleção, de um recorte, de uma exclusão (CERTEAU, 2011, p. 64).

Destarte, a crítica mais profunda a ser feita é que, em sua ânsia de desconstruir as “grandes narrativas”, a historiografia identitária acabou por construir sua própria metanarrativa, tão ou mais rígida que as anteriores. É a narrativa de uma história unificada pela opressão, onde os sujeitos são divididos em categorias fixas de opressores e oprimidos, e cujo desenrolar teleológico aponta para um futuro de reparação e emancipação. A história, nesse modelo, volta a ter um “sentido”, uma direção, contradizendo o próprio ceticismo epistemológico que a originou.

Em suma, o “reflexo distorcido” não está no surgimento de novos temas, mas na sua conversão em um novo dogma que ameaça a própria complexidade e o potencial crítico do saber histórico. Ao transformar o passado em um campo exclusivo para a reiteração de pautas do presente, a disciplina arrisca-se a perder sua capacidade de nos surpreender, de nos confrontar com o diferente e, fundamentalmente, de nos ajudar a compreender as múltiplas e contraditórias formas de ser humano no tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer as transformações da historiografia desde o final do século XX até o panorama contemporâneo, este artigo buscou responder à sua questão basilar: onde chegamos reflete onde começamos? A análise permite concluir que o presente é, de fato, herdeiro direto daquela herança crítica, mas, conforme se argumentou, um herdeiro que a reflete de forma distorcida. A crítica à história tradicional (Burke, 2011) abriu as portas para uma necessária reflexão sobre o ofício, mas a “vontade de saber” que anima o presente (Foucault, 2020) parece ter selecionado e radicalizado apenas uma parte daquele legado, instrumentalizando a história como uma “arte de inventar o passado” (Albuquerque, 2007) que sirva, antes de tudo, às urgências de um “presentismo” avassalador (Hartog, 2013).

Noutros termos, o esfacelamento das certezas epistemológicas, que deveria ter aprofundado a ponderação/reflexão e o rigor do ofício, foi paradoxalmente apropriado para legitimar uma prática historiográfica que parece mais interessada em validar pautas do presente do que em compreender a complexidade do passado. A “história em migalhas”, celebrada por Michelle Perrot (2017) como uma libertação das amarras da história política, foi reconfigurada em um mosaico temático previsível, operando como uma nova e restritiva “formação discursiva” (Foucault, 2008). Essa tendência contradiz o próprio espírito da “Nova História”, que, em sua origem, lutava pela expansão do universo do historiador e não pela sua contração (Burke, 2011).

Destarte, a concentração hegemônica em torno de um número limitado de domínios opera um profundo empobrecimento do campo de saber da História. A “operação historiográfica” (Certeau, 2011), que deveria ser um exercício complexo de articulação entre teoria, fontes e escrita, corre o risco de se tornar um procedimento ‘superficializado’, no qual as mesmas lentes são aplicadas aos mais diversos objetos. Essa abordagem, ao negligenciar a vasta gama de ferramentas teóricas disponíveis, diminui a capacidade da disciplina de “inventar” passados mais complexos e multifacetados (Albuquerque, 2007), contrariando a própria expansão de abordagens que a renovação historiográfica buscou promover (Burke, 2011).

Ademais, essa prática historiográfica se alicerça em um perigoso “presentismo”, regime de historicidade no qual, como adverte François Hartog (2013), o passado é incessantemente remodelado para servir às urgências do agora. A operação historiográfica, que Michel de Certeau (2011) descreveu como um gesto que produz o passado a partir de um lugar social presente, transforma-se, nesse contexto, em um ato de projeção narcísica, onde a alteridade do passado é anulada. Essa abordagem se afasta do rigor arqueológico de Foucault (2008), que buscava compreender os sistemas de pensamento em sua própria historicidade, e não julgá-los segundo as categorias do presente.

A consequência mais grave desse processo é a construção de uma nova metanarrativa, justamente aquilo que a herança crítica do século XX se esforçou por desmantelar. É a narrativa de uma história unificada pela opressão, que, ao se apresentar como a única “vontade de saber” legítima (Foucault, 2020), exerce sua própria “violência simbólica” (Bourdieu, 2002) sobre o campo acadêmico, definindo o que é ou não pertinente pesquisar. A história, nesse modelo, volta a ter uma teleologia, uma direção, “inventando” um passado que serve a um projeto de futuro predeterminado (Albuquerque, 2007).

Por fim, é imperativo ressaltar que a crítica aqui tecida não propõe um retorno a qualquer paradigma tradicionalista. O que se defende é a urgência de resgatar a complexidade como valor central do ofício do historiador, honrando o legado da “Nova História” (Burke, 2011) em sua totalidade. Trata-se de reafirmar a importância de incluir “os excluídos” (Perrot, 2017) sem, contudo, excluir todo o resto. O desafio que se impõe é o de realizar a “operação historiográfica” (Certeau, 2011) com a consciência ética de que a nossa responsabilidade não é apenas com as demandas do presente, mas com a irredutível e desafiadora complexidade do passado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CHARTIER, Roger. Verdade e Prova: História, Retórica, Literatura, Memória. **Revista de História**, São Paulo, n. 181, a00821, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. 10. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.